

ESPECIFICIDADES INSTITUCIONAIS / REGIONAIS NO CONCEITO DE COMPETITIVIDADE

José Matheus Valenti PEROSA*

Amilcar BAIARDI**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir o conceito de competitividade levando-se em consideração aspectos institucionais relevantes. Para tanto, procedeu-se uma revisão de trabalhos que discutem o conceito de um ponto de vista estritamente econômico e seus limites num contexto de transformação do mundo atual. Face à reorganização de mercados e às novas fontes de vantagens competitivas, abre-se a perspectiva de se trabalhar com um conceito mais amplo que possibilite uma articulação entre economia e organização social. Embora de menor poder operacional, essa perspectiva oferece alternativa para análise de novas fontes da competitividade, tais como aspectos culturais, institucionais e geográficos.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the concept of the competitiveness being taken into consideration important institutional aspects. To do so a review of studies that discuss the concept strictly from an economic point of view and their limits in a context of transformation of the current world. Due to markets reorganization and to the new sources of competitiveness, the perspective of working with a wider concept that facilitates an articulation between economy and social organization opens up. Although of smaller operational power, that perspective offers alternative for analysis of the new competitiveness sources, as cultural, institutional and geographic aspects.

* *Professor do Departamento de Economia e Sociologia Rural da FCA/UNESP*

** *Professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA e do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura. Pesquisador do CNPq*

A trajetória recente da economia mundial, com determinantes nas transformações estruturais da produção e do consumo fortemente relacionadas com as mudanças técnicas resultantes das revoluções tecnológicas, tem ensejado o exame de novas e relevantes questões na organização da produção e na estruturação de mercados. Neste processo, que se convencionou denominar de globalização, os hiatos entre os ciclos de expansão e crise passaram a ser mais breves, e a maior interdependência na economia capitalista demonstrou que a regulação e as políticas anti-cíclicas descolaram-se da dimensão nacional.

Não obstante o nível de internacionalização atingido pela economia mundial, o Estado-nação, a região e a fração territorial local continuam a desempenhar papel relevante na determinação da competitividade. Isto porque, ao mesmo tempo que o processo de globalização internacionaliza as esferas produtiva, comercial e financeira, induz o mesmo a que as fontes de competitividade dependam e se condicionem fortemente às economias locais e que o acirramento da competitividade se estabeleça em todos os níveis de mercado. De outro modo, a globalização, com sua dinâmica, (re)estabelece a competitividade como eixo da questão do desempenho na economia mundial.

O enfoque econômico convencional da competitividade manteve-se restrito a questões de custos de insumos e produtos numa dada tecnologia e tinha os mercados de *commodities* como referência de análise. Nessa perspectiva, as fontes das vantagens comparativas, e também competitivas, normalmente são dadas pelo conhecimento por parte das firmas da tendência dos preços relativos de mercado e pela capacidade de se deslocar ao longo de uma curva de isoquantas ou de deslocar a própria curva, com recursos exógenos ao processo produtivo. O enfoque evolucionista, ou neo-schumpeteriano, da competitividade constituiu-se em um avanço em relação ao enfoque convencional. Ampliou as referências de análise, introduzindo conceitos como o do ciclo do produto, o da descommoditização de bens (ou obtenção de *specimens*), o da capacidade de imperfeccionar mercados e apropriar lucros extraordinários advindos da geração de inovações, o das absolutas vantagens *country-specific*, etc. (Dosi e Soete, 1988).

Entretanto, nem mesmo o enfoque evolucionista aprofundou-se nas determinações da competitividade que se situam fora da esfera econômica e que vêm sendo constantemente referidas por Porter (1990). Com efeito, as relações sociais que se estabelecem na produção, e que são pertinentes ao atual estágio de desenvolvimento capitalista, implicam na necessidade de novos parâmetros de análise para o estudo da competitividade e das novas fontes de vantagens competitivas.

Na literatura nacional sobre o tema de desempenho tecnológico e competitividade (Sant'ana et alii, 1990 e Coutinho e Ferraz, [organizadores] 1994), existem referências às condicionantes institucionais e sociais da performance industrial e da competitividade. Contudo, essas obras não se aprofundam no exame dos nexos existentes entre as atitudes dos agentes - no que concerne à adoção de inovações e ao estabelecimento de novas relações fundamentadas em respeito mútuo entre o capital e o trabalho, bem como no exercício da cidadania - e a herança institucional e a dotação de capital social.¹

O conceito de competitividade é aqui entendido como um atributo resultante de processo contínuo de adoção de inovações nas esferas tecnológica, institucional e organizacional, dotando determinado ramo de atividade econômica de poder de concorrência nos mercados externo e interno, de forma sustentável ao longo do tempo. Nesse sentido, é entendido como um resultado adquirido num determinado espaço sócio-econômico, seja ele um mercado comum ou unificado, um Estado-nação, ou mesmo uma região dentro deste.² Por outro lado, as rela-

¹ No corpo deste trabalho estas categorias são freqüentemente utilizadas a partir das contribuições de North (1990) e Putnam (1996).

² Uma argumentação bem elaborada da relação entre competitividade e território, e na qual fica claro como esta é um resultado adquirido em um determinado espaço econômico, é construída por Leonardi (1993). Este autor sugere como ideal que cada espaço econômico atue empreedorialmente para construir a competitividade, promovendo uma *partnership* público-privada e uma ética do bem comum ao perseguir os objetivos de desenvolvimento econômico e social.

ções sociais que se estabelecem na produção, pertinentes ao atual estágio de desenvolvimento capitalista, têm alterado os parâmetros condicionantes da competitividade adquirida e das novas fontes de vantagens competitivas. Nesse sentido, competitividade pode ser entendida a partir de um ponto de vista dinâmico, necessitando a incorporação de parâmetros não quantitativos quando da utilização do conceito.

A retomada de crescimento da economia mundial, que internacionaliza as economias locais/regionais à economia global, passa a exigir uma nova conduta no estudo da competitividade, ultrapassando a visão microeconômica de eficiência da firma individual. A presença de inúmeros mercados diferenciados, com demandas específicas, exige uma visão sistêmica e inovadora. Como consequência, a abordagem da competitividade passa a incorporar dados locais/regionais que ultrapassam as simples vantagens comparativas de preços, abarcando uma análise da organização da produção e do mercado mais flexível, no processo de produção, nas relações trabalho/capital e em outras esferas de atuação dos agentes econômicos.

Segundo Müller (1994), essa análise da competitividade baseada em inovações - tecnológicas, organizacionais e institucionais legais - conferem singularidade a regiões no processo de globalização. A competitividade de uma região, não mais limitada geograficamente a um município, estado, ou mesmo país, passa a ser graduada exatamente pela flexibilidade com que os agentes econômicos e as comunidade locais conseguem atender às demandas específicas de um mercado cada vez mais diferenciado, baseada na tríade de inovações citadas. Esta abordagem da competitividade deixa de ser uma questão pontual, microeconômica, passando a ser sistêmica. No dizer de Barros (1993), *...não existem mais empresas eficientes mas sim, sistemas eficientes.*

E sistemas eficientes estão na dependência não só de variáveis econômicas mas também, na capacidade de resposta que os agentes econômicos e as comunidade locais /regionais, em conjunto, possam dar às demandas da sociedade.

A abordagem da noção de competitividade nesta nova configuração requer a análise das novas fontes de vantagens comparativas, como requisito à discussão da eficiência ou competitividade de "sistemas de produção", ligando a cadeia produtiva aos determinantes macroeconômicos, institucionais e sociais da região ou do país. O que se busca com este artigo, o seu objetivo, é examinar o conceito de competitividade com a incorporação ao mesmo da dimensão institucional. Espera-se que isto seja possível mediante o recurso às categorias instituição(ões) em North (1990) e capital social em Putnam (1996) e aos trabalhos que discutem o conceito num contexto de transformação do mundo atual, de modo mais amplo, possibilitando uma articulação entre economia e organização social

NOVAS FONTES DE COMPETITIVIDADE

COMPETITIVIDADE E ECONOMIA

Importante ao se abordar competitividade é a distinção do conceito no âmbito de uma nova ordem mundial, distinta daquele do imediato pós-guerra. A questão da inovação, entendida como requerimento básico na noção de competitividade, extrapola os limites das transformações tecnológicas, englobando, como já exposto, questões de ordem organizacional e institucional-legal. As mudanças de ordem tecnológica devem ser acompanhadas de alterações na estrutura organizacional, assim como no aparato institucional-legal que molda o ambiente em que aquelas se dão. Em outras palavras, as mudanças nas maneiras de produzir,

organizar e regular devem acompanhar as transformações tecnológicas. Haque (citado por Müller, 1994) argumenta que ... *os períodos de elevado crescimento (como nos anos 50 e 60), caracterizar-se-iam por uma coerência dinâmica entre o sistema sócio-institucional e os requerimentos de mudanças tecnológicas, ao passo que o desajuste entre as duas esferas retardou o crescimento nas décadas seguintes.* Este entendimento da noção de competitividade permite não só dar conta do contexto de perda de competitividade de inúmeros países e regiões nas décadas de 70/80, como possibilita montar um quadro de referência que delimita as novas fontes de competitividade no contexto de uma nova ordem mundial.

Sob um enfoque distinto de Haque, Bradford (1994) também aborda os desajustes entre as transformações de ordem tecnológica e aquelas de ordem organizacional e institucional-legal. A partir da década de 70 três fases marcariam um ciclo de desequilíbrio global na economia mundial, levando os países a adotarem políticas de reajuste nas economias nacionais/regionais que, a médio prazo, iriam se constituir em novas fontes de desequilíbrios, minando um processo de crescimento econômico e estável de longo prazo.

As razões para este movimento cíclico de desequilíbrio nas décadas de 70/80 estão, segundo Bradford (1994), na prioridade dada às condições financeiras na análise e gerenciamento das políticas macroeconômicas relacionadas ao crescimento econômico e ao emprego. Para o autor, os fundamentos subjacentes às variáveis do lado real da economia mudaram em anos recentes, necessitando de novas perspectivas de análise. É neste ponto que parecem se tocar essas perspectivas dos dois autores citados. Onde dar-se-ia a integração entre os sistemas promotores de uma alavancagem do crescimento e do emprego (financeiro, da produção, e sistema de governo) na economia nacional, constituindo-se um novo paradigma. Os sinais desta nova perspectiva de integração requerem uma abordagem sistêmica distinta da natureza fragmentada de trabalhos analíticos e práticas políticas.

Os fundamentos microeconômicos da competitividade encerram pressupostos que limitam seu poder explicativo face às transformações ocorridas. Nesta concepção, tecnologia é definida por uma função de produção com retornos constantes à escala entre insumos e produtos, e o comportamento da firma é baseado quase que exclusivamente no conhecimento de preços.

Atualmente, mais que o simples conhecimento de preços, o comportamento da firma é dado por uma gama muito mais ampla de conhecimento e informação, tais como preferências do consumidor, sistemas de comunicação, relações de produção e informações de mercado dentre outros.

O peso da informação é enorme e promove um fluxo contínuo de inovações no sistema produtivo. Como consequência, é fundamental para a firma acompanhar as transformações tecnológica subjacentes ao sistema competitivo. O conhecimento, enquanto insumo, pode ser tão importante quanto trabalho, terra ou capital.

Neste novo contexto, a competitividade não é mais simplesmente *dada* através das vantagens comparativas, mas *criada* a partir da construção de espaço local/regional propício à incorporação das transformações tecnológicas. Ela depende da capacidade dos agentes econômicos em inovar e manter atualizado o processo de inovação.

De acordo com Porter (1990), dois fatores básicos contribuem para que o processo de inovação se manifeste e se mantenha atualizado: pressão e desafio a que as indústrias são submetidas pela presença de fortes rivais domésticos, fornecedores agressivos e consumidores exigentes.

O *espaço* onde este processo de inovação se manifesta e se atualiza não é aquele presente na maioria dos países em desenvolvimento quando do processo de substituição de importação. As forças institucionais-legais que nas décadas anteriores criaram um *espaço* protegido, com mercados internos cativos viabilizados por barreiras alfandegárias e/ou política cambial, cumpriram um papel fundamental nas transformações da base industrial e na modernização da tecnologia presen-

te. Hoje, o aparato intituicional-legal deve abrigar mecanismos para a adoção de uma política adequada à manifestação dos fatores incentivadores da inovação.

Porter (1990), salienta que o processo de inovação não se manifesta apenas como uma grande mudança; ele pode se manifestar num *design* novo, numa nova abordagem de marketing, num novo processo de produção ou num novo caminho de treinamento. Muitas inovações dependem mais da acumulação de pequenos avanços que de uma grande mudança.

O processo de inovação, base da transformação tecnológica e dos aumentos de produtividade e eficiência, e, por conseguinte, da capacidade de competir, se manifesta num campo de jogo que Porter define como baseado em quatro atributos, formando um sistema chamado pelo autor de *diamante*

O primeiro refere-se à disponibilidade dos *fatores de produção*, onde se salienta que trabalho, terra, recursos naturais, capital e infraestrutura, devem conter um componente fundamental que é a especialização, constantemente atualizada.

No segundo atributo, *as condições da demanda*, o autor destaca que nesta época de globalização, o tamanho do mercado pode ser menos importante que suas características: compradores exigentes que sinalizam claramente as necessidades de mercado interno e externo, podem propiciar vantagens competitivas.

No que diz respeito ao terceiro atributo, *as relações na cadeia produtiva e as indústrias de suporte*, é de suma importância a presença de indústrias fornecedoras baseadas no país, competitivas internacionalmente. O fluxo contínuo de informação, linhas diretas de comunicação e trocas de idéias e inovações entre fornecedores, consumidores finais e produção, constitui importante atributo para se conseguir vantagens competitivas.

Por fim, o quarto atributo trata das *empresas rivais, estrutura e estratégia das firmas*. Não há um único modo apropriado de sistema gerencial: a competitividade de uma indústria específica resulta da convergência das práticas gerenciais e do modelo organizacional favorável no país. Destaca-se como fundamental a forte rivalidade doméstica entre as empresas, que competem por mercados, por pessoas e pela excelência técnica. Esta rivalidade é amplificada pela concentração geográfica.

Porter (1990) destaca, também, que cada tópico do *diamante* exerce um efeito sobre os demais, propiciando um clima fundamental para a inovação e os ganhos de competitividade.

Neste contexto, o papel dos governos não é o de proteger nem sair do mercado, mas criar uma estrutura institucional que desenvolva um ambiente propício às forças do *diamante*, promovendo a rivalidade doméstica e estimulando inovações.

Como exposto, os fundamentos contemporâneos da competitividade não podem mais ser buscados no comportamento individual da firma, nem no papel protetor dos Estados nacionais presentes no imediato pós-guerra. Esta visão sistêmica do espaço organizacional adequado às inovações e ao ganho de vantagens competitivas, está presente no que Lundwall (1988 e 1997) e Bradford (1994) chamam de *sistemas nacionais de inovação*. Estes, são definidos pela interação do sistema de produção, do sistema de pesquisa e desenvolvimento, do sistema nacional de educação e treinamento, do sistema de governo e do sistema financeiro, formando uma rede de agências que reduzem o custo sistêmico de geração e apropriação de tecnologias. A abordagem desses autores se dá na esfera das políticas macroeconômicas necessárias à estruturação deste espaço organizacional, enquanto Porter (1990) focaliza preferencialmente as firmas neste novo contexto. Em comum estes autores manifestam a concordância com a falência do modelo de análise neoclássico, na abordagem das novas fontes de vantagens competitivas.

Em seus trabalhos sobre as vantagens competitivas das nações, Porter (1990) analisa o desenvolvimento e as causas de ganhos de competitividade de diversas regiões. Uma delas, a Região de Emilia Romagna, na Itália. Para o autor, o desenvolvimento dessa região está fortemente relacionado com o papel do governo em propiciar um ambiente institucional adequado no processo de inovação, base da transformação tecnológica e dos aumentos de produtividade e eficiência, e, por conseguinte, da capacidade de competir.

Essa visão, embora leve em conta o "ambiente institucional", tem nos determinantes técnico-econômicos a base de sua avaliação.

Uma visão diferenciada sobre a eficiência das instituições e sua participação no ambiente sócio-econômico é desenvolvida por Putnam (1996). Em seu trabalho, o autor analisa o desenvolvimento e a eficiência de instituições regionais na Itália, a partir dos anos setenta.

Procurando dar respostas sobre o desempenho institucional regional na prática política italiana pós-1970, o autor faz uma reflexão abrangente sobre as razões da diversidade dessa atuação regional. O trabalho está estruturado em seis tópicos onde se procura responder a uma série de questões encadeadas: da questão inicial de como as instituições regionais influenciaram a prática da política, passando pela análise de como foi o desempenho de cada instituição no governo, o autor coloca a necessidade de se responder por que certas instituições tiveram e têm desempenho melhor que outras. Na explicação da eficiência do desempenho de algumas instituições regionais, Putnam (1996) relaciona tal diferença com o que ele categoriza como *participação* ou *engajamento cívico*.

Para o autor, a análise que diferencia as regiões do norte, com bom desempenho, e as regiões do sul, com mau desempenho, poderia ser levada a cabo a partir de duas possibilidades genéricas: 1) pela modernidade sócio-econômica, isto é, o impacto das conseqüências da Revolução Industrial e, 2) pelos padrões de participação cívica e solidariedade social.

Os defensores da primeira possibilidade, *...sustentam que as perspectivas de um governo democrático estável dependem dessa transformação social e econômica* (p. 97). *...de todas as teorias concebidas para explicar as diferenças de desempenho, a mais convincente é a da modernização.*

Para Putnam (1996), existe uma associação entre a modernidade econômica e o bom desempenho das instituições públicas. O que se questiona é o quão fortemente relacionadas estão essas variáveis e a possibilidade dessa relação causal ser biunívoca.

Procurando avançar na análise, o autor trabalha com a segunda possibilidade genérica de explicação, a participação cívica e a solidariedade social como condicionantes do bom desempenho das instituições.

Enquanto os que compartilham da visão que privilegia a possibilidade das instituições livres dependerem em primeira mão do caráter dos cidadãos, da sua virtude cívica, da comunidade e da obrigações, a escola de pensamento liberal ressaltava o individualismo e os direitos individuais. Para essa corrente de pensamento, as instituições, tal como pressuposto na Constituição norte-americana, foram concebidas para tornar segura a democracia para indivíduos não virtuosos. Citando Herzog, o autor argumenta que *...à medida que aumenta significativamente o número de cidadãos não-virtuosos, diminui progressivamente a capacidade das sociedades liberais para funcionar bem.*

Como referência do que seria uma comunidade cívica, Putnam (1996) seleciona os principais tópicos:

- *participação cívica*, como referência à conduta do cidadão que busca o interesse próprio e que é sensível aos interesses dos outros;
- *igualdade política*, como elemento fundamental numa comunidade onde a política busca se aproximar do ideal de igualdade política entre os cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo;

- *solidariedade, confiança e tolerância*: de acordo com o autor, *...as relações de confiança permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de "oportunismo", no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente (p.103).*
- *associações: estruturas sociais de cooperação*: espaço onde a participação dos cidadãos desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade em empreendimentos coletivos. *... uma densa rede de associações secundárias ao mesmo tempo incorpora e promove a colaboração social (p.104).*

Com base nessas premissas que o autor considera como tópicos de referência de uma comunidade cívica, são elaborados indicadores para uma análise comparada do grau de participação cívica nas diversas regiões do estudo e posterior correlação dos mesmos com o desempenho das instituições.

A partir da análise dos indicadores regionais de participação cívica e do desempenho das instituições, constata-se uma forte correlação entre os mesmos nas diversas regiões da Itália.

A partir dessa constatação, Putnam (1996) coloca outra questão: quais as origens dessas diferenças de civismo regional? A análise do autor volta-se para o século XI, para as diferenças nos padrões de organização social da época.

Citando Hide, *...No século XI, em toda a península, o antigo sistema imperial de governo - bizantino no sul e germânico no norte - passou por uma fase de tensão e debilidade que acabou por levá-lo à derrocada, deixando o poder em mãos de forças locais. No Sul, o colapso do governo central foi relativamente curto, tendo surgido um poderoso reino normando alicerçado nas tradições bizantinas e árabes; já no norte, todas as tentativas de restaurar o poder imperial malograram, prevalecendo quase que inteiramente o princípio da autonomia local. Nessa região, que se estende de Roma até os Alpes, as características da sociedade italiana medieval puderam evoluir mais plenamente: lá as comunas se tornaram verdadeiras cidades-Estados, de modo que a região pôde com propriedade ser denominada Itália comunal.*

Enquanto no Sul a socialização se baseava em estruturas hierarquizadas, em relações sociais verticalizadas, no norte surgia uma forma de governo autônoma sem precedentes, onde os cidadãos se diferenciavam de outras regiões pela possibilidade de estabelecer as leis e as decisões que governavam suas vidas. *As comunas tiveram origem nas associações voluntárias que se formaram quando grupos de vizinhos juraram auxiliar-se mutuamente com vistas à proteção comum e à cooperação econômica (p. 136).*

No início do século XIV a Itália apresentava dois modelos de governo: a aristocracia feudal normanda do sul e o republicanismo comunal no norte. Enquanto no sul a autoridade era monopolizada pelo Rei, fortalecendo os vínculos de dependência pessoal, no norte a autoridade era delegada pela comunidade a funcionários que eram responsáveis perante aqueles que lhes confiaram seus negócios.

Segundo Putnam (1996), a evolução dessas formas de governos e de suas representações sociais hierarquizadas, tem relação direta com o grau de participação cívica nas diversas regiões italianas no presente.

Observando os regimes que caracterizavam a Itália no início do século XIV, nota-se uma semelhança que extrapola a mera coincidência entre os mesmos, a comunidade cívica e o desempenho das instituições na Itália atual. *Como um poderoso campo magnético, as condições cívicas foram gradual porém inelutavelmente ajustando as condições sócio-econômicas, de tal modo que nos anos setenta a modernidade sócio-econômica mostra-se estreitamente relacionada com a comunidade cívica (p.163).*

Não é plausível supor, e nem o autor o faz, que as tradições cívicas sejam o único, ou mesmo o mais importante, fator indutor da prosperidade econômica. Mas algumas relações são de especial importância no estudo da competitividade.

Estudos recentes sobre as características regionais da Itália moderna levantam questões de como esse vínculo "macro", entre civismo e economia, se manifestaria ao nível "micro".

Analisando exemplos de uma economia regional de pequena escala mas altamente produtiva e tecnologicamente avançada como as do Centro-norte da Itália, os pesquisadores Piore & Sabel (1983) classificaram as empresas como detentoras de uma estrutura de especialização flexível de tipo artesanal. Empresas como as de têxteis e de alta costura dos arredores de Prato, as mini aciarias de Brescia, a fábrica de motonetas de Bolonha, os fabricantes de ladrilhos de Sassuolo, etc., apresentavam como uma das características uma combinação aparentemente contraditória de concorrência com cooperação. Nas palavras de Putnam: ... *as empresas competem acirradamente no campo da eficiência e da inovação em produtos, mas cooperam nos serviços administrativos, na aquisição de matérias-primas, no financiamento e na pesquisa. Essas empresas combinam alta integração vertical e alta integração horizontal, sub-contratando para trabalho extra concorrentes temporariamente subempregados. Associações industriais prestam assistência administrativa e até mesmo financeira, enquanto os governos locais propiciam a infraestrutura e os serviços sociais indispensáveis como treinamento profissional, informação sobre mercados de exportação, tendência mundial da moda, etc. Os autores ... concluem que a coesão da indústria repousa sobre um senso comunitário mais fundamental, do qual as várias formas institucionais de cooperação são antes o resultado do que a causa* (Putnam, 1996, p. 170).

Cianferoni (1993), que integrou a equipe de Putnam, chama a atenção para o fato que além da combinação, aparentemente contraditória, da competição com a cooperação, as pequenas e médias empresas tecnologicamente avançadas da metade da Itália, sobretudo as da Toscana, constróem um pacto com vistas a obterem a "qualidade integral", que tem escala de rede e envolve cadeias produtivas. Este esforço de diferenciação frente ao consumidor não é individual, de firmas isoladas, como o que ficou conhecido como a panacéia japonesa da "qualidade total". Além da sinergia e dos conflitos, o que estas empresas buscam é vender, realizar o marketing da região como uma totalidade e associar a seus produtos o selo DOC, denominação de origem controlada, e DOCG, denominação de origem controlada e garantida.

A importância das instituições na busca de competitividade também é enfatizada de um ponto de vista econômico por Williamson (1985), na construção conceitual do que esse autor classifica como *custos de transação*, aqueles decorrentes de fiscalizar e fazer cumprir os acordos na gestão econômica das empresas. Um ambiente institucional baseado em regras de participação comunitária e calcado na cooperação e confiança, estariam minimizando tais custos.

Sobre o papel das instituições no desenvolvimento econômico, onde a competitividade tem um peso inequívoco, convém que se informe que tanto Williamson como Putnam são devedores do pioneirismo de North (1990, 1991 e 1993) no abordar esta temática. A partir dos anos setenta, Douglass North vem, em seus estudos sobre história econômica, chamando a atenção para o fato de que as instituições são invenções humanas, reguladoras de comportamentos individuais e sociais e cujo aperfeiçoamento constante é resultado de um bom funcionamento anterior, em todos os campos e com destaque para a vida econômica. Com fundamento em North (1990), Putnam (1996) ajuda na compreensão de como e porque se formam as instituições formais que impulsionam a superação dos problemas da ação coletiva.

A análise precedente sugere repensar-se a questão da competitividade mais além das tradicionais variáveis econômicas, como tamanho da firma, entre outras. Ao fazê-lo, deve-se priorizar a análise da incorporação do progresso técnico, base importante dos ganhos de produtividade, a qual tem, por sua vez, uma gama bastante ampla de variáveis como determinantes. Configura-se a necessidade de reconceituar, de buscar uma nova noção de competitividade.

Tanto a noção de *diamante*, trabalhada por Porter (1990) como a de *sistemas de inovação nacional*, trabalhada por Bradford (1994), procuram superar os limites impostos pelos fundamentos neoclássicos na análise da competitividade. Esta procura de um aparato de análise pertinente às transformações recentes na economia mundial também é encontrada em trabalho de Muller (1994a).

O autor trabalha o conceito de competitividade a partir da ênfase que é dada aos determinantes econômicos e do sistema sociocultural. Em relação à conceitualização com ênfase na economia, argumenta o autor que o *...predomínio da perspectiva econômica, pressupõe que existam forças manipuladas por mãos invisíveis, suficientemente fortes para manter, reforçar e expandir o sistema sociocultural existente...* As transformações recentes da ordem mundial, no entanto, fizeram com que o *... que era externo a determinado subsistema tornou-se interno, requerendo uma revisão da racionalidade econômica (p.25).*

Quando se trabalha dando ênfase ao sistema sociocultural, o conceito de competitividade deve ser visto não apenas em relação à determinação estrutural da produção, *... mas inclui, ademais da questão do poder, os aspectos relativos ao controle sobre a segurança nacional e internacional, sobre o crédito e sobre o conhecimento e as crenças e idéias (p.26).*

Para os autores dessa linha de pensamento, segundo Muller (1994a), duas idéias estão ligadas à determinação da competitividade: a associação de competitividade e produtividade e, a abordagem da competitividade como uma capacidade nacional e não de uma empresa. Os pesquisadores dessa corrente identificam três domínios articulados e que são subjacentes ao processo de adoção de inovações, de aumento da produtividade e de ganhos de competitividade: *o domínio tecnológico* (sistema educacional, laboratórios e pesquisas); *o domínio econômico* (as formas das unidades produtivas) e *o das instituições sociopolíticas* (facilitadoras ou obstaculizadoras do desenvolvimento tecnológico). Nessa perspectiva, o sistema de inovações, base do desenvolvimento e da competitividade é *...integrante dos circuitos de retroalimentação do sistema sociocultural (p.27).*

Embora abrangente, o conceito de competitividade sob a ênfase sociocultural tem seus limites muito tênues e sua estrutura interna muito fluida, *... o que implica a perda de seu caráter operatório.*

Muller (1994a) esquematiza, então, o que chama de *mapa da competitividade*. Ao trabalhar com o conceito de competitividade, argumenta que dependendo do enfoque de análise, não existe uma mas diversas conceitualizações, sustentando *... a idéia de que se pode contar, realmente, com um mapa da competitividade, e não com um determinado conceito de validade geral.*

O mapa da competitividade tal como organizado por Muller (1994a), é composto por dois pólos: *o poder estrutural mundial e o desenvolvimento nacional/regional*. A competitividade estaria definida num espaço entre dois pólos cujo pano de fundo é dado pelas tendências mundiais da globalização, da transnacionalização e da regionalização. Do lado do polo do *poder estrutural mundial*, a estrutura da competitividade se manifesta através das fontes de poder atuando num contexto dado, mediado pela *negociação*. Do lado do *desenvolvimento nacional/regional*, a competitividade é medida pelos subsistemas de *inversões, das inovações e, também aqui, das negociações.*

A noção de competitividade que se procura construir, tem como pressuposto básico acordado pelos autores deste ensaio a idéia de que: (1) as fontes de competitividade mudaram no processo de globalização de capital e regionalização de mercado e, (2) o instrumental de análise calcado nos pressuposto neoclássicos da teoria da firma perderam enormemente seu poder explicativo na realidade atual. Neste sentido, e de acordo com os estudos citados, a formalização de uma nova noção está calcada na procura de novos determinantes da competitividade no mundo contemporâneo.

Parece ser adequado nesta busca, a visão da competitividade como uma rede sistêmica, oferecendo um amplo espaço de análise (Muller, 1994a). É nesta perspectiva que o trabalho de Porter (1990) pode ser usado como exemplo, quando do estudo das *Vantagens Competitivas das Nações*, ao delimitar as fontes de vantagens competitivas no mundo atual, construindo um modelo para o estudo de países líderes, diversos segmentos da indústria, no mercado mundial.

A perspectiva econômica da competitividade tem seus limites na própria reordenação social que altera os padrões de racionalidade econômica, onde movimentos aparentemente contraditórios como concorrência e cooperação acabam por se justaporem na conformação de um espaço competitivo, como analisado por Putnam (1996) na região da Emilia - Romagna.

A abordagem econômica oferece uma explicação da competitividade presente, adquirida em dado espaço econômico; não dispõe, porém, de instrumental adequado para análise dinâmica dos determinantes socioculturais que embasam tal fonte de competitividade.

Nesse sentido, não contempla conceitualmente, de forma abrangente, as perspectivas de se redesenharem novas fontes de vantagens competitivas para determinado espaço socioeconômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J.R.M. O Brasil e o novo cenário internacional. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 31, Ilhéus: mimeograf, 1993.
- BRADFORD, C.I. The new paradigm of systemic competitiveness: why it matters, what it means and implications for policy. In: *The new paradigm of systemic competitiveness: toward more integrated policies in Latin America*. Paris: OECD Development Centre Documents, pp. 41- 65 , 1994
- CIANFERONI, R. Radici, immaginario e condizioni dello sviluppo integrale di qualità della Toscana. In: LEONARDI, R. e NANETTI, R. (orgs) *Lo sviluppo regionale nell'economia europea integrata*. Venezia: Marsilio Editori, 1993.
- COUTINHO, L. e FERRAZ J.C. (orgs) *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Editora Unicamp e Papyrus, 1994
- DOSI, G. e SOETE L. Technical change and international trade. In: DOSI, G. et alii *Technical change and economic theory*. London: Pinter Publishers, 1988.
- LEONARDI, R. La rete transregionale mediterranea e il Mercato Unico Europeo: la Toscana come regione d'avanguardia. In: LEONARDI, R. e NANETTI, R. (orgs) *Lo sviluppo regionale nell'economia europea integrata*. Venezia: Marsilio Editori, 1993.
- LUNDWALL, B.A. Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation. In: DOSI, G. et alii *Technical change and economic theory*. London: Pinter Publishers, 1988.
- _____. *National systems and national styles of innovation*. Aalborg: Druid/Ike Group, University of Aalborg, 1997.
- MULLER, G. *Competitividade e integração econômica e social*. Rio Claro: Série Rascunho, número 32, UNESP, dez 1994.
- MULLER, G. A competitividade como um caleidoscópio. *São Paulo em Perspectiva*, v.8, n.1, p.23-32, 1994 a.
- NORTH, D *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Institutions. Journal of Economic Perspectives*, V.5, n. 1, Winter, 1991.
- _____. *Economic performance through time*. Washington: Washington University St. Louis, 1993.
- PIORE, M. J. & SABEL, C.F. Italian small business development: lessons for U.S. industrial policy, in American business. In: *International competition: government policies and corporate strategies*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

- PORTER, M.E. *The competitive advantage of nations*, Harvard, by the President & Fellows Of Harvard College, mimeograf, 1990.
- PUTNAM, R.D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- WILLIAMSON, O. E . *The economics institutions of capitalism*. New York: The New York Free Press, N. Y.,1985.